

# A IMPRENSA DE CUIABA

ANNO IV.

PERIODICO POLITICO, MERCANTIL E LITTERARIO.

TERÇA FEIRA

N.º 280

31 DE MARÇO DE 1866

A Imprensa—publica-se aos Domingos na Typographia de Souza Neves e Comp. Subscreve-se no Escritorio da Directoria à rua Direita n.º 29.

Assinatura anual—Para a Província 12 \$ 000. Para fora 15 \$ 000. Avisos 5 400 réis.

Editor—

José do Souza Neves

## NOTICIARIO.

**A Imprensa**—Por força maior fomos obrigados d'esta vez a quebrar a pontualidade da saída do nosso periódico no dia e hora do costume, e em consequência das festas da Semana Santa desculpámos a nossos leitores a falta d'ela no domingo da Resurreição, pois que católicos como são os nossos trabalhadores nos pedirão ferias durante a Semana em que a Igreja comemora os Mysterios Sacrossantos da paixão do homem Deus.

**Festividade nacional**—Celebrou se com a pompa e entusiasmo do costume o aniversário do juramento da Constituição Política do Império.

Quer o Te-Daum, quer a parada, que o corojo de Augustas Edições de SS. MM II, foram uns concorridos.

**Festividades Religiosas** com a mesma solemnidade do costume fez se a procissão dos Passos no Domingo findo. Pregou ao encontro o Rdcº Francisco Bueno de Sampaio, e no Galvário o Rdcº Secretário do Bispo José Joaquim dos Santos Ferreira.

Nas mais solenidades pregaram o Rdcº Secretário do Bispo Mandato, o Rdcº Bernardino José Soares a Paixão, e às Lágrimas o Rdcº José Joaquim Graciano do Pina, e S Exº. Rmº., como é de seu costume, fará a Homilia da Resurreição.

**Chamada**—S. Exº. Rmº. administrará na segunda e terça feira de Páscoas o Santo Sacramento da Confirmação na Sé Cathedral.

**Chegada**—Por carta recebida de Goiás soube mos haver entrado n'aquela capital o Exmo. Bispo Deocesano a 16 de Fevereiro trazendo por seu Secretário o Rdº. Padre Clarymundo Alves dos Santos Fortes. Nossos parabens ao Exmo. Sr. D. Domingos por se acabar no meio de seus decessões, nossos emboras também nos nossos irmãos de Goiás por verem quebrada a orphanda em que estavam.

**Felicitação e oferecimento patriótico.** A Congregação dos Lentes do Episcopal Seminário da Conceição da Diocese de Cuiabá, presidida pelo Exmo. Bmº. Sr. D. José Antônio dos Reis, e acompanhada pelas corporações eclesiásticas desta capital, dirigiu a S. M. O. Imperador a felicitação e oferecimento, que abaixo publicamos.

Aos justos reclamos da Patria fôr para desejar que todos os brasileiros, sem exceção de um só, se mostrassem dignos de tal nome.

Señor

A Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá, tendo em frente o seu venerável Pastor, e acompanhado do clero d'esta capital, com respeitosamente congratular se com Vossa Magestade Imperial pelo dezena pacífico e honroso, que sem quebra da Disciplina Nacional conseguiu o Ilustrado e Patriótico Governo de Vossa Magestade Imperial, pondo termo às pretenciosas exigências do ministro de sua Magestade Britânicas; e, confiados na magnitude do direito que assiste a causa da Nação Brasileira, não duvidam os infra-assignados elevar seus votos ao céo, como intercessores entre Deos e os homens, para que seja mantida entre o Império e a Gran-Bretanha, sem offensa dos nossos direitos, sem quebra da nossa honra, e das relações de amizade, que nos ligam á ella, a quem somento o seu grande motivo para desejar, e mesmo cooperar para o seu socorro. Digo se Vossa Magestade Imperial aceitar a congratulação, e os votos da Vossa Magestade Imperial muito reverentes e fiéis subditos. Cuiabá 26 de Março de 1863

José, Bispo de Cuiabá

Padre Ernesto Camilo Barreto, Lente

Padre Joaquim Antonio da Silva Rondon, Lente

Padre Manoel Pereira Mendes, Lente

Joaquim José Rodrigues Calhão, Lente

Padre Bernardino José Soares, Lente

Bacharel João Carlos Schulze, Lente

Padre Antônio Henriques de Carvalho, Lente

Padre Joaquim Graciano do Pina

Padre Joaquim dos Santos Ferreira

Padre Antônio Henriques de Carvalho, Lente

Conego José Jacinto da Costa e Silva, Vigario Geral e Curia

Padre Casimiro Ponce

Padre Luiz Ignacio Coelho

Padre José Joaquim Graciano do Pina

Padre Antônio Joaquim de Camargo

Padre José Maria Viegas

Padre José Joaquim dos Santos Ferreira

Padre Antônio Rofino da Costa Viana

Padre Manoel Francisco de Araújo Bastos

Padre José Martins da Cruz

Padre Francisco Bueno de Sampaio

Padre Joaquim Ferreira de Carvalho

Padre José Ignacio Soárez de Brito

Padre Francisco José do Couto.

Senhor

A congregação dos Lentes do Episcopal Seminário da Conceição da Cuiabá, presidida pelo seu Prelado Diocesano, e unida á seus irmãos Sacerdotes, vem ante a Augusta Presença de Vossa Magestade Imperial apresentar a pequena, mas, por certeza, alforria de tres por cento de seus ordenados, a coime de desse o tempo, em que Vossa Magestade Imperial julgar conveniente, além de ajudar as despesas que por ventura tenua o Império de fazer com a sua defesa, em face de quaisquer agressões estrangeiras, ou violações dos nossos sagrados direitos.

Se à Vizinha de Jerusalém, Senhor, foi aceita a pequena offerta da um quadrante, ou real, que lançou no gaophileno, não tanto pelo valor intrínseco da mesma offerta, mas sim pela espontaneidade da dedicação do coração, e atentão ás suas posses, os abaixo assignados e perão, que assim Vossa Magestade Imperial interpreta os seus sentidos, e Benigno recebe o cordial oferecimento, que fazem, assegurando á Vossa Magestade Imperial, que não serão omitidos em se prostrarem entre o vestibulo e o altar, para, com as poderosas armas da Oração, rogarem também ao Deus dos exertos vitoria á nossa causa, se una nação prazer quizer aggirar-nos em sua fraqueza.

Isso, Senhor, é o Protector dos opprimidos, e se por infelicidade nos perturbarem apaz, mas uma vez Elle nos fará entour co jubilo o magnifico cant co—Deposuit potentes de sede, et exaltavit humiles. Assim confiamos, se para punir nossas faltas. Ihe permitir, que passemos presente mantoas duras pro-ações da guerra, sempre fatal ainda á quem triunpha. Seja Elle o Protetor do Império Sul-Americanico, e circundo o Turmo de Vossa Magestade Imperial de forças e valor unindo estreitamente pelas laços da concordia e confraternização os filhos da terra de Santa Cruz. Amen. Cuiabá 26 de Março de 1863

José, Bispo de Cuiabá

Padre Ernesto Camilo Barreto, Lente

Padre Joaquim Antonio da Silva Rondon, Lente

Padre Manoel Pereira Mendes, Lente

Joaquim José Rodrigues Calhão, Lente

Padre Bernardino José Soares, Lente

Bacharel João Carlos Schulze, Lente

Padre Antônio Henriques de Carvalho, Lente

Conego José Jacinto da Costa e Silva, Vigario Geral e Curia

Padre Joaquim Graciano do Pina

Padre Joaquim dos Santos Ferreira

Padre Antônio Henriques de Carvalho, Lente

## COMUNICADO

O PRESIDENTE DE MATO GROSSO  
E A RECENTE OPPOSIÇÃO.

Usando do direito que a telegrafia Brasileira garantiu a Constituição do Estado, pedimos neste momento a palavra, impelidos por um dos mais nobres sentimentos do coração humano, o amor da justiça, para do alto da tribuna universal fazermos também nossas reflexões sobre os negócios públicos da terra que nos viu nascer.

Se com isto desgostarmos a alguns de nossos patrícios, tenham elles santa paciencia, assim como nós temos tido muitas vezes para calmarmos certos actos seus que nos desgradiam. A ningnem pretendemos offendir, antes desejamos viver bem com todos; mas amamos sobretudo a verdade, e quando a veímos ultrajada, quando observarmos que se pretende sacrificar a calculos egoísticos os interesses reaes da Sociedade, não podemos abaixar a indignação que isto nos causa.

Passando á matéria seu mais preambulo, começaremos por confessar, embora nos exponhamos a ser arguidos de simplicios, ineptos, e por tanto incapazes de comprehendêr as subtilidades da política, que até a chegada do ultimo paquete da Corte, estávamos persuadidos de que o actual Presidente da nossa Província não encontrava aqui oposição alguma, excepto aquela que todos encontrarão necessariamente na má vontade ou descontentamento de um ou outro individuo, por ser impossível a quem administra justiça em tão ampla escala, á quem é responsavel pela direcção e solução dos negócios de uma Província inteira, satisfazer todos os interesses, ou caprichos particulares.

As reiteradas e não equívocas demonstrações de regozijo e confiança, com que foi recebido o Sr. Conselheiro Penna por ambos os partidos aqui existentes, a calma que sucedeu á agitação dos espíritos, a tranquilidade que em geral reinado desde o dia de sua posse até hoje, o socego e regularidade com que se fizeram as eleições de Senador, e Deputado, a certeza que todos tiverão de que elle só tomou nessa questão a parte que lhe cabia como fiel mantenedor da lei, abstendo-se absolutamente de empregar a sua influencia em favor de qualquer dos lados, a linguagem dos jornaes que servem de órgãos a um e outro, e que até hoje não fizeram a menor censura á Administração, tudo em que temos observado, e ouvido ás pessoas mais circunspectas e imparciais servia de fundamento a convicção que acima manifestamos.

Se alguma queixa possesse haver, parecem-nos que com maior razão deveria partir do lado dos Constitucionais, por continuarem a em tudo quanto tem relação com a politica o predomínio de seos adversários, mantido em grande parte pela influencia das possessões oficiais, que nem sempre é licitamente empregada; mas os Constitucionais, reconhecendo que nao pôde ser atribuído ao actual Presidente o resultado de uma serie de actos e sucessos anteriores á sua posse, em vez de pedir-lhe qualquer medida que possa parecer reacionária, mostram-se satisfeitos com a sua habitual moderatio, e imparcialidade, e descasão na certeza de que uma vez que esteja bem informado será elle incapaz de fazer-lhe em caso algum a menor injustiça.

Quanto aos membros do outro partido, que supomos haver resolvido tomar novamente o titulo de liberal, parecia-nos (ain-

vo e repetimos com toda a ingenuidade) que tratados como tem sido pelo Presidente, nemhum motivo lhes assistia senão para estarem muito satisfeitos com a mação do seu *uti possedit*, e que terião bastante criterio e resignação para disfarçar algum pequeno desgosto, que sentissem quando não podessem obter da Administração Provincial tão facilmente, como em outros tempos, certos actos e favores que os homens politicos, importando se pouco ou nada com a responsabilidade de quem os pratica, solicitão muitas vezes para satisfazer a amigos, ou ferir adversários, ainda que n'issso haja manifesto prejuizo do serviço e interesses publicos.

A chegada porem do ultimo paquete dão-nos occasião de ler uma correspondencia escrita d'esta Cidade em 14 de Novembro, e impressa na *Actualidade* de 27 de Dezembro, correspondencia cujo teor, sendo por si só sufficiente para revelar a sua origem, e os fins que teve em vista quem a mandou publicar, também nos convence da illusão em que estávamos.

A leitura d'esse papel causou em nosso espírito a impressão que naturalmente deve causar no de todo o leitor desprevenido, e bem informado dos factos, isto é, o desgosto que sente todo o homem de intenções rectas e puras quando vê empregada a injustiça e a falsidade como meios de encobrir e favorecer pretensiones incompatíveis com o bem comum da sociedade; mas no mesmo tempo folgamos com a sua publicação, porque levavam à ponta do véo que até hoje encobria certos factos, permite que nós e outros Cuiabanos, interessados na marcha dos negócios publicos, e da política de nossa Província, entremos no seu exame, e mostremos da que lado está a razão, a boa fé e o sentimento de verdadeiro patriotismo.

Para isto julgamos mais conveniente recorrer a um jornal de Cuiabá, e cremos dar prova de nossa franquesa e lealdade não imitando o exemplo do correspondente, que para desabafar-se foi procurar um orçamento a mil leguas de distancia.

No lugar onde ocorrem os factos, n'esta nossa terra onde todos nos conhecemos, será mais proficia a discussão, e mais fácil o descobrimento da verdade, cabendo a cada um dos contendores a satisfação de ver confirmado pelo imediato testemunho de seus conterraneos aquillo que asseverar, ou o desgoste de ficar confundido pelas razões que apresentar a parte contraria.

Começo o correspondente por dizer que n'esta Província um descontentamento geral se tem apoderado de todas as classes desde o operario até o Empregado Público, e isto por diversas causas que a extreiteza do tempo não lhe deixava desenvolver.

Aqui não encontramos por ora se não uma proposição tão vaga e banal, que dispensa-nos inteiramente do trabalho de analysisa.

O que sabemos de positivo é que a Província não pôde gozar mais socego do que gosa actualmente; que os Empregados Publicos, e os Operarios das diversas Repartições Gerais e Províncias recebem pontualmente os seus vencimentos; que a nenhum credor da Fazenda se tem negado o pagamento devido; que os vivens estão menos caros do que ja estiveram; que a Providencia Divina tem-se amercado de nós mantendo em satisfactorio estado a salubridade publica, não obstante o extraordinario calor que supportamos; que o povo continua a concorrer as festas de igreja com o louvável fervor do seu costu-

me; que em summa nenhuma novidade tem aqui ocorrido que mereça especial menção.

Quando porem o correspondente descobriu, e tiver tempo para indicar em suas seguintes cartas alguma das muitas e pernosas causas, que devem ter contribuido para o geral descontentamento que denuncia ao Pùblico, o modo como se tem manifestado esse descontentamento, procuraremos dar-lhe a resposta que merecer. Entretanto pissearemos as arguções feitas ao Sr. Conselheiro Penna, apresentando de cada uma d'ellas um fiel resumo, para que o leitor as possa incluir apreciar por si mesmo.

#### 1.º arguição.

Ougo dizer (são palavras do correspondente) que o Presidente Penna des le que chegou lançou-se nos braços do indiferentismo, e da indolência, em cujo estade permanece atô agora hivendu nata que o tire-lhe seu habituel cocega).

Se algum fui lamente tivesse esta arguição, não deveria o correspon lente fazêla somente por oavir dizer. Un Provinça não pôle estar entregau por nove meses a Administração que se lauce nos braços do indiferentismo e da indolência sem que numerosos, e mui notaveis factos o denunciem, e a um censor residente na Capital nada seria mais facil do que indica-los, se quizesse sinceramente falar verdade, e concorrer para o melhamento do serviço publico por meio de advertencias justas, e bem cabidas.

Como ficaria o correspondente se lhe respondessemos com o teor da felicitação que a Assemblea Provincial dirigio ao Sr. Conselheiro Penna, elogiando a *actividade* e *zelo* de que elle havia dado provas no curto tempo ate então decorrido, com os artigos que a seu respeito tem sido publicados em ambos os jornais d'esta Cidade, e com muitas outras manifestações, que no mesmo sentido lhe tem sido dirigidas dos diferentes pontos da Província?

Ficaria certamente confundido, sentindo talvez algum remorso, mas não pretendemos reduzi-lo a esse estalo, nem júlgamos necessário empregar argumentos de tal força para destruir tão infundada e inconsistente accusação; desejamos pelo contrario que o correspondente presiga em sua tarefa, para termos o gosto de aacompanha-lo.

Quando um Funcionario qualquer, dominado pela consciencia do dever, faz talvez de dedicar-se incessante e exclusivamente ao serviço publico, não pôle a malignidade exrogitar accusação melhor do que a de indolencia, e indiferentismo para si rijo no ponto mais sensivel; e se no uso de tal armi contra o Sr. Conselheiro Penna acha o correspondente algum prazer, deixaremos que o guse até faltar se, contentando-nos com a vantagem de appellar para os factos.

Visto que não ha na Província nma folha que publique os actos officiões, consultemos os registos da Secretaria do Governo, consideremos os arcthos das cartas Repartições Publicas, ouça-se o testemunho de todos os Funcionarios que em razão de seu officio mantém mais frequentes relações com a Presidencia, e se o resultado d'esse exame não provar o contrario do que affirma o correspondente, deslojamos sojietâmos á dolorosa pena de confessar em publico o nosso engano, dando-lhe toda a razão.

#### 2.º arguição.

Assim é, (diz o correspondente) que a obra do quartel que o Coronel Alencastro

deixou em andamento, está hoje paralisada depois de se haver despendido n'ella uma mingonda somma de contos de reis que nos coube por sorte; os materiaes estão apodrecendo, e nada de providencias para se ultimar uma obra de tão palpitable necessidade em una Província fronteira.

Esta accusação revela muita ignorancia dos factos, e ordens do Governo, ou má fô em subido grão. Se nac fosse assim devia o correspondente saber e confessar que para essa obra, que ja custou ao Estado cerca de 30 contos de reis, estando apenas feita uma parte dos alicerces, e fincados os esteiros (superfluos e inadmissiveis em semelhantes construções segundo parecer de alguns peritos), não consignou o Governo Imperial quantia alguma no exercicio passado nem no actual, como foi expressamente declarado em Aviso do Ministro da Guerra, que corre impreso; que a propria planta e orçamento ainda dependem de definitiva approvação, por ter-lhe o Brigadeiro Director do Arquivo Militar notado defeitos que se trata de corrigir, achando-se ja incumbido esse trabalho a uma Comissão nomeada pela Presidencia; e que n'estas circunstancias em vez de ter o Sr. Conselheiro Penna commetido a falta de que é accusado, cumpriu um dever, a que não poleria faltar sem incorrer em grave responsabilidade, mandando suspender a despesa, que se estava fazendo.

As obras dos Arsenaes de Marinha e Guerra (continua o correspondente) estão tambem paralyssadas. D'elles forão despedidos pelo Presidente muitos operarios a pretexto de falta de recursos, e estes coitados que ahi forão contractados para trabalhar a jui, andão hoje trovando as pernas, reducidos à miseria, sem que o Governo considere ser uma immoralidade faltar á fô dos contratos. O Presidente, ao que ouço contar, desculpa-se dizendo que cumpre ordens do Governo Geral.

Este capitulo de accusação tem por causal, como o antecedente, a ignorancia dos factos, ou a má fô.

Se o correspondente refere-se ás obras dos edificios dos Arsenaes, dir-lhe-hemos que para elles não ha aína planta e orçamento approvados, nem cre liro algum concedido, havendo pelo contrario as mais terminantes e severas ordens para que semelhantes despesas se não faço sem expressa autorisação do Governo Imperial, que tambem a nô pôle conceder alem das sommas consignadas pelo Poder Legislativo para todo o Imperio.

Se q'uz fallar dos trabalhos das officinas, dir-lhe-hemos que apezar de todo zélo, e rigor com que o Sr. Conselheiro Penna em procuralo, de conformidade com as ordens do Governo Imperial, fiscalizar e relatar a despesa, dispensando todo o pessoal superfluo ou inhabil, e estabelecendo regras que não erião, ou não se observavão, a respeito da amissão dos operarios, e fixação das suas vencimentos, ainda serão talvez excessi os os créditos abertos no corrente exercicio, contribuindo para isto em no pequena parte a conservação d'esses mesmos artifices contractados na Corte que o correspondente diz terem sido despedidos.

Se a accusação tivesse por fundamento a ver la le aniriamos a nôsso débil voz à do correspondente para accusar o Administrador da Província por faltar a fôs dos contratos, mas polemos asseverar ao Pùblico que alem de não ter-se dado um caso se quer d'ea natureza, alguns operarios ha, que tendo ja finalizado o seu tempo, sao ainda conservados nos Arsenaes, por assim o aconselharem não só as conveniencias do serviço, como tambem as circunstancias particulares dos mesmos operarios.

Do facto que negamos incumbe ao accusador apresentar as provas, e quanto ao

que, afirmamos, fu-lo-nos com muito prazer logo que appareceu a menor contestação, o que é de grande satisfação.

Quanto aos trabalhos das officinas cumprê ainda observar que do Vapor Cuiabá (o primeiro construído na Província), que costava de ser lançado ao rio, só existia no estaleiro aquela no dia 8 de Fevereiro de 1862, em que tomou posse o actual Presidente; que grande parte do importante fabrico do Vapor Paraná foi feita no decurso do anno findo, além de varios concertos em outros navios, da Estação, e que o valor das obras manufacturadas no Arsenal de Guerra, se não excede, também não é inferior ao das que ordinariamente se faziam até aquela data.

Com isto não queremos dizer (entendendo bem o correspondente) que se fosse outro Presidente não teria os Arsenais feito iguais trabalhos; nosso fim é unicamente mostrar que seria isso impossível, se o Sr. Conselheiro Penna tivesse praticado o que lhe atribue o correspondente, isto é, se por quaisquer motivos ocultos, e certamente bem difíceis de compreender-se, tivesse tomado a insensata, e malefica deliberação de fazer paralysar as obras de construção e mais trabalhos d'aquelles estabelecimentos, dando como pretexto ou desculpa a falta de recursos pecuniários, de que possede realmente dispôr.

A este respeito o que temos ouvido contar, e julgamos também conveniente referir de passagem, é que entre os operarios despedidos não poucos havia, que tendo sido admitidos em diversos tempos pela unica razão de serem *afilhados de seus padrinhas*, e ignorando de todo os officios de que se diziam *oficiais*, supriu-se perfeitamente essa insignificante falta com a virtude de diligências e obediencia a certa parcialidade politica.

Posto que o não afirmamos, parece-nos que só assim pode ser explicado o facto de haver se reduzido consideravelmente a despesa que se fazia com o pessoal das officinas, sem que houvesse diminuição no valor das obras manufacturadas; e se o correspondente quiser entrar em minucioso examen d'esta questão teremos o prazer de auxiliá-lo, citando-lhe alguns nomes proprios, de que possa ter se esquecido.

De outras obras públicas da Província não faliou o correspondente, talvez porque não julgasse conveniente confessar que para promovê-las tem o actual Presidente feito quanto estava a seu alcance, aplicando a umas até o ultimo real das consignações de que podia dispor, e solicitando para outras a necessaria autorização do Governo Imperial, sendo que por isso vemos—concluída a nova casa da polvora, já habitada pelos presos a mor parte da nova Cadeia, reedificada a antiga Alfandega de Corumbá, e a ponto de começar-se a construção de outra, reconstruída com grande melhoramento a importante ponte do Coxipó, em andamento a obra do Seminário, reparados alguns chafarizes da Capital, além de outros concertos em diversos edifícios publicos &c.

Muita maior poder-se-ia ter feito, dirá provavelmente o correspondente, visto que dizê-lo nada custa—e nós também repetiremos que sim, se nos tivesse cabido a ventura de achar-se elle encarregado da Administração, ou algum outro Presidente que seguisse à risca os seus conselhos, por que então veríamos que todo o dinheiro que hoje se gasta com as obras publicas da Corte seria despendido aqui, cessando assim a clamorosa injustiça que elle nota de possuir a Capital do Império um quartel do campo, um casas da Alfandega, uma casa de Moeda, um canal do mangue, e outras construções semelhantes, não estando ainda concluído o novo quartel de Cuiabá!

Falta-se pela boca pequena (continua o correspondente) que elle (o Presidente) não tem feito porque só veio aplanar terreno para que possa vingar a canha-

tura do Dr. Gama (Agostinho), e ver se também pode dar rebocco ao seu filhinho o Penninha — em 1864—

Por mais que não queira acreditar sou forçado a isso, por que todas as circunstâncias se combinam:

S. Ex. desejava muito que fosse nomeado Comandante Superior o Sr. José Ildefonso de Figueiredo, por antônio Dunduca—que é todo delicado ao Dr. Gama; e o tal Penninha por vezes já tem sido elogiado pela Imprensa de Cuiabá, orgão dos henriquestas. N'ella se diz que o Sr. 4º Tenente Penna tem feito à Província muitos benefícios pelo seu bem estar *presente e futuro* &c; que esses benefícios sejam ignorados, e o certo é que sendo seu pai delegado do governo, o actual Sr. Ministro da Marinha perdeu todos os votos de Sant' Anna que recarinhava n'ella....

O Sr. Conselheiro de Lamare está definitivamente reeleito Deputado por esta Província, alcançando 42 votos na capital, 16 em Poconé, e 12 em Mirandá. O facto de S. Ex. gozar da confiança da coroa *ainda não basta para decodir a nossa*.

Todos os futuros Eletores dos Srs. Gama e Penna não comarcerao. S. Ex. foi reeleito só com os votos dos amigos do Excelentíssimo Senhor João Baptista de Oliveira, Albano de Soisa Ozorio, Barões de Poconé, e Villa Maria & convidaram-no a votar isto.

Tomamos o trabalho de copiar textualmente os periódicos que acima ficam transcritos, porque sendo sabido que a futura eleição de Deputados é o assumpto que de há muito preocupa a atenção das pessoas que tomarão parte na redacção da correspondência que agora analysamos, e principalmente de quem a encomendou, sendo sabido que a sombra de qualquer candidato possível além de dois é para elles um verla-leiro *dúnté*, que lhes perturba a imaginação, e rouba o sono, desejando-lhes algumas explicações que talvez possam tranquilizá-las, aproveitando também a occasião para expôr a verdade de certos factos desde a sua origem.

Quando o Sr. Conselheiro Penna foi nomeado Presidente de Mato Grosso, algumas pessoas, que de certo não conhecem o seu carácter, e sentimentos, nem lhe fazem a devida justiça, davam-lhe (sinceramente ou não) de que um Brasileiro na sua posição e circunstâncias quizesse encarregar-se de tão arduo e penoso encargo com tão unica e simples fin de prestar serviços ao Estado, procurariam descobrir, ou antes exegocia-lo, algum motivo menos nobre, a que se podesse atribuir o facto.

A percepção de uma ajuda de custo de 30, 40, ou não sabemos quantos contos de reis, foi o que ocorreu como coisa mais natural à imaginação de certos sujetos, que julgando os outros por si, exigiriam provavelmente essa vantagem como condição indispensável para a aceitação do emprado, e da sua posterior nomeação se tratasse.

Nós vimos porém que a esse alieve opoz o honrado Sr. Conselheiro Sayão Lobo, então Ministro da Justiça, o mais energico protesto, affirmando solennemente perante a Câmara dos Deputados que nem o Presidente de Mato Grosso, nem qualquer outro dos nomeados pelo Ministério de 2 de Março havia recebido a mesma quantia aleia da ajuda de custo taxa da por lei.

Se um homem do carácter do Sr. Conselheiro Sávio Lobo tivesse por efeito de fragilidade humana desmentido neste caso os seus nobres precedentes, falando

verdade, desde que elle deixou o Ministério, não facil teria sido a seus adversários de chegar à de confusão, descobrindo no registo das ordens reservadas prova material at da acusação, e revelando-a ao público ou pelo menos affirmando o facto em termos mais positivos.

Isto porém é o que creemos que ninguém poderá fazer, por que a formal declaraçao a que atindemos é o conhecimento que temos do carácter dos acusados, são mais que suficientes para certificar-nos de que o facto arguido é puramente imaginário; e se apesar de tudo alguém houver que insista em afirmá-lo, só terá essa afirmação o peso que pode ter qualquer outra calunia inventada por calábardas que dispensando-se do dever de apresentar a menor prova, e confiados em que a mesma inocência nem sempre pode ostentar-se tal qual é, costumam ferir a reputação alheia com facilidade correspondente ao menor prego em que tem a sua propria conscientia é palavra.

Ao mesmo tempo houve quem se animasse a dizer que a vinda do Sr. Conselheiro Penna a Mato Grosso tinha por anexo e especial objecto pro mover a eição de um Ministro da Coroa (o Sr. Conselheiro Paranhos) para o cargo de Senador, mas bastando para aniquilar tão grosseiro e absurdo invento a simples consideração de ter sido nomeado Presidente muitas antes do inesperado fallecimento do Senador Miranda, e tento-se alem disso tornando notório na Corte que a supervençao de uma vaga no Senado forá com tola a fraqueza allegada pelo mesmo Sr. Penna, perante os Ministros, como uma razão para escusar-se da Presidencia, se se entedesse que na qualidade de Delegado do Governo devia elle intervir de qualquer modo na eleição, lembrando-se os novelleiros de levantar outra intriga não menos infundada propagando que o novo Presidente vinha disposto a sustentar a candidatura do seu íntimo amigo o Sr. Conselheiro Pedreira em detrimento da do Sr. Paranhos.

De tal sorte porém correu a eleição, e tal foi o seu resultado que reduziu os maiores apixonados adversários, ou detractores do Sr. Conselheiro Penna à impossibilidade de fazer-lhe por este motivo a menor censura com visos de razão e de verdade.

A Província inteira reconheceu e aplaudiu a imparcialidade e o escrupulo com que o Sr. Conselheiro Penna se absteve de intervir n'essa luta, e se nos não falhar a memória, ja os próprios liberaes invocarão solemnemente pela imprensa o seu testemunho como o mais competente para provar que a eleição correu inteiramente livre, e que o seu resultado não podia admitir a menor airosa explicação, que lhe deu um jornal de outra Província.

Agora porém parecendo necessário rogar a alguma outra invenção, e usar de qualquer arma ou estratagemia para desfilar o duende sahie o terreno o correspondente da *Actualidade* para afirmar co a todo o desplante—que o Sr. Conselheiro Penna só veio a Mato Grosso aplaudir terra nova para que possa vingar a candidatura do Dr. Gama, e ver também se pode dar rebocco ao seu filhinho o Penninha—em 1864!!!—Isto é o que se manda dizer para a Corte, eustentando que aqui se faz espalhar pela boca pequena que não podem convir ao Presidente maior demora na Província, virá brevemente outro que seja mais solícito em attender aos interesses da costa parcialidade.

Quais serão porém as provas de estar o Presidente aplaudindo o terreno para as du-

as indicadas candidaturas? Terá elle por ventura reagido contra o partido que achou dominando o campo da política pela influencia das posições officiais? Terá feito no pessoal da Policia, da Guarda Nacional e de outras Repartições as mudanças que sem dúvida alguma exigiram os chefes d'esse mesmo partido, se seus alevosários ocupassem certas posições, e elle contasse com a boa vontade do Administrador da Província para profligá-los? Terá praticado algum acto de injustiça, violência, ou perseguição, que se possa atribuir a motivo ou interesse eleitoral? Terá pelo complexo de seus actos, ou por suas relações particulares dado razão para crer-se que procura favorecer ou distinguir um partido com prejuizo de outro? Terá ao menos procurado entender-se directa ou indirectamente com alguma das pessoas influentes na politica da Província a respeito da futura eleição, e aliciar desde já o seu concurso em favor de qualquer candidatura?

Nada disto se prova, nem mesmo se pôde allegar com o menor fundamento, porque o motivo da queixa só existe na imaginação enferma e suspeita de quem, contra a cova canto o duende, entretanto que a Província inteira observa que na nomeação e demissão dos Empregados amovíveis, ou de confiança, tem o Sr. Conselheiro Penna procurado sobretudo atender às necessidades e conveniências reais do serviço público, tratando e distinguindo os indivíduos segundo o mérito e comportamento de cada um, e mostrando-se completamente estranho e sobranceito aos interesses dos partidos locais. D'esta assertão podermos apresentar innumeraíveis provas, e para que entretanto se não ponha isto em dúvida citaremos desde já um dos actos, que em toda a parte se consideram como os mais importantes e próprios para fazer conhecidas as tendências políticas dos Presidentes de Província, isto é, a organização da novíssima lista dos Suplentes dos Juizes Municipais. Esta lista comprehende, como sabe quem reside em Mato Grosso, os nomes de pessoas notáveis de ambos os partidos, e ainda não vimos que alguém descobrisse outra razão para que cada um d'elles fosse collocado em lugar mais ou menos elevado, se não a sua própria capacidade, a sua maior ou menor disposição para prestar-se ao serviço público, a distância das moradas, e outras circunstâncias que podem influir na marcha da Administração da Justiça. Se algum liberal nomeado para o quatriénio passado não foi conduzido, também o não forão constitucionalmente, e d'esse facto por tanto nada se pôde inferir que tenha significação política.

O autor da carta porem não querendo atender aos factos, e desobrigando-se de provar por qualquer maneira o que avançou, entende que para formar a sua convicção e a dos mais leitores bastam raciocínios como os seguintes:

O Sr. Conselheiro Penna desejava que fosse nomeado Commandante Superior da Guarda Nacional o Sr. Tenente Coronel José Ildefonso, amigo dedicado de S. M. o Regimento Luiz da Gama; ergo — o Sr. Dr. Gama é candidato à Deputação em 1864;

A Imprensa de Cuiabá tem feito elogios ao Sr. Tenente Penna por serviços prestados à Província, que o mesmo correspondente ignora quais sejam; ergo — o Sr. Tenente Penna é candidato à Deputação em 1864;

O que equivale a dizer-se — agua clara, pouco fundo; ergo — lâmpreia.

Entregando à critica do leitor a apreciação de tão lógicas conclusões, diremos entretanto algumas palavras a respeito das pessoas e factos que o correspondente to-

mou por bases, ou antes pretextos de seus argumentos:

Do que ocorreu a respeito do Comandado Superior não estamos informados, mas se não é incompreensível o nosso sistema de governo, se não é falsa toda tñhória que se nos tem ensinado a respeito do provimento dos empregos de confiança, devemos crer que a nomeação do actual Comandante Superior não teria lugar se encontrasse obstáculo em informações do Presidente da Província. E se por ventura tivesse sido indicado para esse posto o Sr. Tenente Coronel José Ildefonso, também crem os que nenhuma julgaria menos acertada a escolha de pessoa tão recomendável por suas qualidades e serviços.

Quanto à candidatura do Sr. Dr. Gama o que nos parece é que se se tratasse de eleições, e o actual, ou qualquer outro Presidente manifestasse o desejo de ve-lo triunfar, nenhuma surpresa poleria isso causar a quem conhece o merecimento d'aquelle honrado e distinto Cuiabino.

Mais admirável nos parece que o correspondente na mesma carta em que condena o sistema que ouviu denominar — austriaco — isto é, o sistema de nomear homens de fora das Províncias para administrá-las, se mostre tão descontente e sobre-saltado só por que sonhou que um Presidente, que não nasceu n'esta Província, deseja ver eleito um dos mais dignos filhos d'ella para representá-la e a vogar os seus interesses na Assembleia Geral da Nação. A semelhantes contradições são de ordinário arrastados aqueles que o espírito de partido domina a ponto de obrigar os a dizer o que realmente não sentem, ocultando as suas verdadeiras intenções e desejos.

O modo como o correspondente procurou envolver no seu enredo o nome do Sr. Tenente Penna só mereceria riso, se se não revelasse a perfíli intenção de fazer crer a algum que o Presidente fizou a felicidade devido ao Governo Imperial, apresentando ou favorecendo a candidatura de seu filho quando se tratava da reeleição de um dos Ministros da Coroa.

Todos quanto conhecem de perto o Sr. Tenente Penna observão o seu comportamento, bem sabem que des te que chegou à Província — não mais tem ele feito se não de licar-se aos trabalhos próprios da sua profissão, dirigindo na capital e fóra d'ella diversas obras gerais e provinciais.

Quem quiser ter o incommodo e cariozide de examinar os pagamentos feitos pelas Repartições de Fazenda, também ficará sabendo que pela direção das obras provinciais, a que não podia ser obrigado, nenhuma retribuição pecuniária tem elle percebido do cofre Geral, nem do provincial, e que na qualidade de Engenheiro Militar só percebe os vencimentos marcados por lei, entretanto que há exemplos de haver o Governo mandado abonar gratificações extraordinárias a officiares empregados em comissões de igual natureza, embora não pertença ao Corpo de Engenheiros.

Assim tem o joven oficial da lo provas a nosso ver incontestáveis não só de zelo e desinteresse no cumprimento dos deveres inherentes ao seu posto, como também do desejo que nutre de prestar algum serviço à Província administrada pela pessoa que mais prova n'este mundo.

No que toca à politica, em vez de constatar os factos o Sr. Tenente Penna se tem pronunciado por um ou outro lado, sabemos que elle costuma declarar com toda franqueza que não quer saber de questões

de partidos, mas, não obstante tudo isto, bastou que alguém se lembrasse de louvar os seus serviços por via da Imprensa de Cuiabá para que o círculo de que se faz orgão o correspondente da Actualidade enxergasse n'isso uma prova aí só de que elle apresentado candidato em 1864, como aliás de já ter sido quando se tratou da reeleição do Sr. Conselheiro de Lamare.

Quanto à eleição futura, tento nós já resumido fielmente os argumentos — com que o correspondente procedeu a justificar as suas suspeitas, prece-nos que nada mais será necessário para mostrar como são estas phantasticas.

Quanto à eleição passada começaremos por observar que dos Eleitores reunidos nos collégios da Província nem um voto se quer recabou no Sr. Tenente Penna.

To la a passar despravado já figura suficiente este simples facto, para mostrar que tal canhutaria nunca foi apresentada, e que se o foi não recebeu do Presidente o menor apoio nem assentimento; mas o correspon lente enten le pelo contrario que a circunstância de não haverem tomado parte na reeleição do Sr. Conselheiro de Lamare os Eleitores do partido Constitucional, que se achavão em minoria, e que ja na eleição geral houveram sustentado outro candidato, é prova irrecusável de que o Presidente não se interessou pelo Ministro, por que senão esses Eleitores os mesmos que há de em 1864 eleger Deputados os Srs. Dr. Gama e Tenente Penna, devia o Presidente obrigar-los desde ja a votar no Sr. Conselheiro de Lamare!

Cremos que bem raras vezes terá alguém tomado o trabalho de entreter o público com seus escriptos para desarrazoar por semelhante maneira, chegando até o ponto de entrinhcar em nome de um partido, que se diz liberal, que um Presidente de Província não influisse directamente na reeleição de um Ministro, mas isto deve necessariamente acontecer a quem quer argüir somente com as suas proprias suspeitas, desconhecendo ou torcendo a verdade dos factos, dando-lhes interpretações que elles repellem, e procurando acomodá-las por força a certos e determinados factos.

A verdade é que, organizado como se acha o corpo Eleitoral da Província, a reeleição do Sr. Conselheiro de Lamare dependia inteiramente da parcialida de que o correspondente designa pelo título (um pouco extenso) de — amigos do Excellentíssimo Senhor João Baptista de Oliveira Albano de Sousa Ozorio, Barões de Pocâmé, e Villa Maria etc.

A verdade é que desde o momento em que os chefes d'assí parcialida tomardão a deliberação de fazer reeleger o Sr. Conselheiro de Lamare, cessou toda a dificuldade ou dúvida que por ventura possesse haver sobre o resultado, mostrando-se com isto muito satisfeito o Presidente da Província.

A verdade é que nenhum outro candidato havue, e que an tales circunstâncias entenderão os Eleitores constitucionais não ser necessário nem conveniente tomar parte na eleição, excepto quatro do collegio de Mato Grosso, que votarão no Sr. Tenente Coronel Peixoto, sem com hinção alguma com seus amigos políticos, sendo certo que também dos liberais não poucos deixarão de comparecer, sem dúvida por saberem que para obter-se o resultado desejado nenhuma falta faria os seus votos.

Mas é tambem verdade, quo depõem resolvido a reeleição do Sr. C

Basiro de Lamare mostrando os chefes do partido dominante certo descontentamento por não haver luta, isto é, por não se oferecerem dificuldades, que ressignasse o seu triunfo, e tanto quis a reeleição do periódico—Voz da Verdade—(hoje convertida em—Jato Grosso—) estranham-lo o silêncio que os constitucionais guardavam sobre aquella reeleição, dirigiu-lhes um desafio, quo não foi aceito, para que a combatessem.

Estas particularidades bem poderão passar sem maior repreiro, se o próprio correspondente não nos provocasse a explicá-las, eja que d'isto se trata, diriamos com toda a sinceridade e franqueza que a nosso ver procedeu o partido dominante muito acertada e nobremente reeleger o Sr. Conselheiro de Lamare, não por puro ofício de gerar S. Ex<sup>a</sup>, de confiar-lhe coroa, aí na luta, bastasse pra dar-lhe das liberdades, como observa o correspondente, mas por que esse mesmo facto era uma razão de mais, e razão muito ponderosa, muito justa, para que se confirmasse por uma nova manifestação da vontade dos Eleitores o honroso mandato que por outros títulos lhes havia S. Ex<sup>a</sup>, merecido em 1860.

O que nos não parece nobre, nem acertado, nem admissível é que para exaltar os serviços dos seus amigos, não só figura o correspondente divergências ou dificuldades que essa reeleição nunca encontrou, mas ainda procure envolver na sua intriga os nomes, e a reputação de pessoas que para isso não lhe tem dado o menor motivo.

Por amor da verdade devemos também observar que uma vez que o correspondente julgou necessário indicar nominalmente as pessoas que concorrerão para a reeleição do Sr. Conselheiro de Lamare, commetendo uma grave injustiça omitindo alguns correligionários seus, que a vez de serem compreendidos na generalização do—et cetera—merciação, menção tão especial como a que se fez do Excelentíssimo Senhor João Baptista de Oliveira, Albano de Sousa Ozorio, Barões de Poco-né e Villa Maria.

O seu a seu dono nunca se deve negar, e persuadidos como estamos de que o correspondente reconhece a santidão d'esta maxima, esperamos que julgue também conveniente reparar o seu descalão na primeira occasião que se oferecer.

Tendo nós asseverado que dos Eleitores reunidos nos diversos colégios da Província nem um voto se quer obteve o Sr. Tenente Penna, cabe aq<sup>u</sup> explicar o que ocorreu na Villa de Sant'Anna do Paranaíba.

Quem tiver lido os debates da Câmara dos Deputados na Sessão de 48,4 deve saber que a respectiva comissão de Poderes, attendendo a informações e documentos, cuja veracidade e procedência nos parece escusado discutir agora, propôs no seu parecer que se suprisse o colégio de Sant'Anna do Paranaíba, e que reuniundo-se a 2º o número de 12 Eleitores que aquella Paróquia havia dado, ficassem pertencendo ao colégio de Miranda.

O resultado das votações que houve sobre as diferentes partes d'esse parecer, e que também consta dos Annaes, foi tal que a nosso ver não pode ser atribuído se não a engano, ou equívoco, visto que o colégio ficou com efeito suprimido, conservando-se todavia o número de 12 Eleitores, com obrigação de irem votar em Miranda, que além de não conformar-se com a recomendação da parte final do

3º do Artº 4º do Decreto de 18 de Agosto de 1850, coloca-os na impossibilidade quasi absoluta de exercer o seu direito, havendo como há entre as duas Vilas uma distância maior de 80 legoas, cujo transitio, ainda mais se dificulta pela falta de caminhos e de poucas alas.

Por este motivo, não havendo em Sant'Anna do Paranaíba quem se interessasse pela eleição de Eleitores especiais de Seus Muitos, deixarão as competentes Autoridades de promovê-la à Jespeito das reiteradas e terminantes ordens do Presidente da Província.

Para a eleição a que se tinha de proceder, por haver sido nomeado Ministro o Sr. Conselheiro de Lamare, também expediu à Presidência as ordens do estylo, repetiu lo muito expressamente a declaração de que os Eleitores de Sant'Anna deverão votar no colégio de Miranda; mas elas tomaram a deliberação de reunir-se, em numero de oito, na mesma Vila de Sant'Anna, e de não fazer a eleição, declarando na Acta a impossibilidade de ir a Miranda, e o fundamento que encontravão na lei para que o Poder competente restaurasse o colégio suprimido.

De uma copia que vimos d'essa Acta, redigida de um modo incompleto, e obscuro, infere-se que os votos d'aquelles 8 Eleitores rectificou com efeito no Sr. Tenente Penna; mas de tal sorte correron as coisas que a primeira noticia d'essa votação só chegou à capital depois de haver a Câmara Municipal apurado a eleição do Deputado, e expedido o diploma ao Sr. Conselheiro de Lamare.

A diversas causas, todas alheias à vontade do Sr. Conselheiro Penna, e independentes do seu assentimento, pôr-se-se atribuir aquella votação, sendo um das mais verossimilis a que vimos exposta em carta escrita de Sant'Anna, isto é, que componho eu de natureza da Província de Minas (conforme com a de Mato Grosso por aquela lado) a mir parte dos Eleitores, e não havendo candidato algum recomendado por seus correligionários políticos d'esta capital, quiseram elles, votar no Sr. Tenente Penna, dar-lhe instrução da estima e sympathia que lhes merecem o pai e o filho, ambos seus compatriotas.

E bem de presumir que o correspondente da *Actualidade* não a limita semelhantes exibições, por estar interessado em interpretar o caso de um modo ofioso, mas ainda falso, a sua injustiça a seu ponto, põe-nos que ninguém poderá crer que a candidatura do Sr. Tenente Penna, se fosse real, e recomendada por seu pai, só obtivesse em toda a Província oito votos, que, além de nulos, nem ao menos fôrão conhecidos a tempo de se incluirem na acta da apuração geral.

Observando entretanto a societate que mostra o correspondente pelos interesses do Sr. Conselheiro de Lamare, e o empôrno com que procura fazer conhecer a S. Ex<sup>a</sup>, as pessoas que testemunham a favor ou contra a sua candidatura, devemos crer que o mesmo correspondente terá muito prazer e a explicar com igual franqueza todos o seu procedimento e de seus amigos, e por isso nos animamos a pedir-lhe o desejo de responder às seguintes perguntas:

Qual a razão por que aquellas que ele geriu e recolheram Deputado o honrado Sr. Conselheiro de Lamare em 1850 e 1852, respondendo igualmente de minoria das votos para a eleição de Senador, que teve lugar entre aquellas duas, não o incluirão na lista triplice?

Seria também culpado d'isto o Presidente da Província? Seria o Sr. de Lamare prejudicado pela candidatura do Peñinhan, ou pela perda dos votos dos Eleitores de Sant'Anna do Paranaíba?

Quer o correspondente assegurar-nos sob sua palavra de honra que os liberares se tiverem do seu lado, como é de presuir a maioria dos Eleitores de 1864, reelegendo Deputados os Srs. Couto e de Lamare? Não haverá mais alguém que queira dar reboque a—algum filhinho—ou a pessoa que o valha?

O correspondente também ouviu dizer segundo nos assevera, que o Sr. Conselheiro Penna nada tem feito por que só trate de colligir informações, por que não tem idéa fixa sobre coisa alguma, como o prova o seu Relatório (muito elogiado pela Assembleia Provincial e pela extinta Voz da Verdade) e finalmente por que tomou por seu Mentor o Sr. General Leverger, cujo orçamento e fidelidade não pôde admitir que em Mato Grosso apareça um Presidente que lhe ofusque a passada glória.

Sentimos profundamente que o respeitável General fosse assim tratado à discussão por efeito de antigas indisposições pessoais, que a nosso ver são tão injustas como mesquinhas; mas já que isto aconteceu devemos declarar que se com efeito o Sr. Conselheiro Penna, para melhor conhecer o estado e necessidades da Província, ou para decidir algum negocio mais grave, tem procurado ouvir as informações e ainda os conselhos do muito digno e honrado servidor do Estado, que por sete anos administrou com geral aplauso a missão Província, e que até hoje ocupa o lugar de seu 1.<sup>o</sup> Vice Presidente, se vemos n'esse procedimento um motivo para dar-lhe sinceros louvores e parabens.

O apoio de homens tais, desengane-se o correspondente, fiz sempre muita hora a qualquer Administração, e por mais que os poucos e gratuitos aversários do ilustre General o queiram deprimir, nunca poderão privá-lo da estima, respeito, e consideração que merece tanto por suas distintas qualidades, como pelos relevantes serviços que ha prestado ao Brasil em geral, e especialmente à Província de Mato Grosso.

Até a urbana lade e lhanga que o Presidente tem mostrado no seu trato e relações com os Cuiabães em geral, servirão de motivo ao correspondente para procurar doestal-o, dizendo que S. Ex<sup>a</sup>, frequenta muito satisfeita os bailes e jantares, que procura viver bem com todos, não se dando por offendido com pessoa alguma etc. Mas offendido por que? Até hoje não consta que alguma n'esta terra tenha feito a mais pequena ofensa pessoal ao Sr. Conselheiro Penna, ou faltado ao respeito de vido ao seu elevado cargo; e se as palavras do correspondente não são inteiramente batidas de sentido, a unica ilação que defas podemos tirar é que alguns sujeitos há, que abaculando o Sr. Conselheiro Penna em suas palestras particulares, e repetindo-lhe os protestos de sua affição e estima sempre que o encontrão, admitem-se de que elle ja não tenha percebido que na manifestação de tacs sentimentos nada ha de cordial e sincero. Se assim é não davindos também declarar que áinda n'este caso preferiríamos a posição do Sr. Conselheiro Penna a desses seus aversários, por que vemos de um lado o procedimento do homem de bom fôr, que não desconfia das intenções alheias por que as tem iguais as suas proprias, e do outro a dissimulação e a dobreza, que nunca fizera honra a carácter algum.

A injuria, que o correspondente procurou atirar ao Sr. Conselheiro Penna n'este trecho da sua missiva, é tão imprecisa e grosseira, que não podemos deixar de re-

pediu com a indignação propria de quem queja os meios e reputação de sua terra natal.

Considerar um cavalheiro de fina educação, um hospede distinto, para um baile, um jantar, ou qualquer festa de familia, dar-lhe muitas demonstrações de prazer e agradecimento, pela sua presença, e depois exprobar-lhe, em publico a aceitação d'esse mesmo obsequio, considerando-a como prova de ser o hospede indiferente ou insensível a qualquer ofensa que lhe tenha feito occultamente o dono da casa, sem que elle a percebesse nem d'isso possesse desconfiar, é com efeito uma acção que nunca se vio praticar na boa sociedade de Cuiabá, nem pode ser por ella tolerado. D'isto deve ficar certo o Sr. Conselheiro Penna, acreditando que o procedimento do correspondente não pôde deixar de encontrar entre os Cuiabanos geral reprovação.

As ultimas corrieras dos Indianos coroados em alguns lugres próximos à serra, foram também objecto das observações do correspondente, mas então faltou-lhe tempo para fazer aquillo que provavelmente fará em outra occasião, isto é lançar toda a culpa sobre o Presidente por não ter remediado no curto espaço de um anno o mal que esta Província sente, como outras, desde a sua descoberta; por não ter conseguido por si só tudo aquillo que depende da combinação de diversas medidas e esforços do Poder Legislativo, do Governo Geral, da Presidencia da Província, da Directoria Geral dos Indianos, da Policia, dos Missionários, e principalmente do emprego de muita força, que nos faltou, para devassar, e guarnecer na extensão de centenas de legoas o território que ainda hoje é somente ocupado pelos selvagens.

D'esta vez o correspondente só tratou do assumpto para ter occasião de tornar bem público que o m'nto inteligente, energico, zeloso e distinto Subdelegado da Chapada prestou um serviço relevante, e digno de todo o louvor, fazendo partir em seguimento dos Indianos uma escolta, que infelizmente não chegou a avistar-sos, dando parte do caso ao chefe de Policia, e remetendo-lhe até uma flecha!

Quanto porem ao Presidente que ha muitos meses, isto é, desde que teve noticia da primeira agressão, fez destacar na Chapa da ordem do Subdelegado a força de que polia dispor, esse não merece se não a accusação de indisciplina, e indiferencismo.

Antes de concluir a sua missiva, teve o correspondente um grande desculpo ou cedeu ao impulso da proprio consciencia dizendo o seguinte:

- Cabe-me o prazer de comunicar-lhe que a navegação, até hoje abandonada,
- do grande rio Taquary, a cujo respeito tão acertadamente falou na camara o nosso digno representante o Sr. Dr. Couto, já é hoje uma realidade. A comunicação do Sul das Províncias de Goiás e Minas Geraes com a nossa vai todos mandando um espantoso desenvolvimento;
- as caravanas percorrem já o rio Taquary até a barra do Coxim carregada de gêneros, que d'ali são transportados para o Corumbá, on le os seus carregadores vão permitir por sul, e outros produtos do nosso mercado. Ha pouco vieram 50 carros carregados de diversos gêneros das Províncias de Minas, S. Paulo, e Goiás para permitarmos com os nossos os seus produtos.

A este respeito ja nos tinhamos lido, além de outras publicações, um artigo da Voz da Verdade n.º 141 de 9 de Outubro de 1862, em que se encontra o seguinte trecho.

Já não é pouco abrir comunicações entre duas Províncias tão contrárias e remotas como São Goiás e Mato Grosso! Já não é pouco fazer com que elas facilmente se comuniquem, e permitem entre si seus gêneros e os importados! Corumbá ganhou muito com essa via de comunicação, e seu comércio de vez a mais torna-se importante. Deveremos em parte essa ampliação comercial do Paiz a S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Conselheiro Presidente, que empregou *to los los meios a seu alcance a fim de consolidar e levar a efecto a iléa etc.*

Isto dizia-se em quanto não ocorrerão motivos para alguma fosse particularmente interessado em desconcentrar a Administração do Sr. Conselheiro Penna, mas hoje... como repito-lo? Co no confessar que um Presidente nomeado segundo o sistema austriaco, um Presidente que na dia que, não tem iléis fixas sobre essa aliança, que vive entre a *tolerancia* e *indiferentismo* foi capaz de pro mover tanto melhoramento, até hoje esquecido ou abanholado? Olt isto não é possível: isto não convene de modo algum; e por tanto atribua-se principalmente ao Sr. Dr. Couto o merecimento, o efeito, a gloria da empresa.

Mas como, se o publico está vendo que o Sr. Conselheiro Penna expidiu em 16 de Maio de 1832 as suas instruções para primeira exploração do rio, de que de conta o Capitão Gama na sua relatório de 20 de Julho publicado na Imprensa de Cuiabá de 31 de Agosto, e o Sr. Couto só falou sobre a matéria na sessão da Camara dos Deputados de 20 de Junho, segunlo se vê do jornal do comércio de 23 que não pôde aqui chegar antes dos fins de Julho? Co no, se todos aqui sahem que muita antes de escrever o correspondente a sua missiva tratava o Sr. Conselheiro Penna de iniciar uma nova expedição ao Taquary, e de fundar ali um núcleo colonial, que a esti hora deve ter tido começo em virtude das suas instruções de 25 de Novembro, publicadas pela Imprensa de Cuiabá a 20 de Dezembro? Nada disto importa, nem deve servir de obstáculo: figura-se essa missão das pilares do Sr. Couto, ou seja digni sobre os actos do Presidente; ou tais se das suas, e os leitores da missiva ficarão em dúvida, ao menos por algum tempo, a respeito da pessoa a quem se deve atribuir o feliz progresso que a empresa vai tendo. Isto é que se chama imparcialidade, e bora! Assim é que se escreve a historia!

Tendo concluído a analyse de tudo quanto contém a correspondência, e julgando-lhe-lo feito com imparcialidade, moral, e clareza bivisitadas para qd o leitor possa bem apreciar o seu merecimento, e as vistos dos seus autores, diremos por ultimo ao mesmo correspondente e a seus amigos alguns conselhos, que elles deverão aceitar como muito sinceros.

Saquerem sortidas por liberais gêneros, e verá-lheis augústos de sua terra, mudando intelectualmente e moralmente, e procurem corrigir os maus hábitos que tem contrabido.

Quando se tratar de eleições, usam com a maior liberalidade possível de todos os meios que a lei permite para fazer triunfar os canibais que julgam mais dignos, parecendo que não lhes falta a principal virtude do liberal, a tolerância, reconhecendo en seus adversários igual direito, enio preten-lerlo fazer monopólio das turmas pela influencia das prisões officiais, nem por outros meios que a lei e a moral reprova.

Quando não se tratar de eleições, dei-

xem que é de um cuidado tranquillamente de sens' interesses e deveres, procurem calmar os órfãos das partilhas, em vez de excitá-los; não progridem de maneira que dê lugar a suspeita-se que fazem conselho toda a honra, toda a prosperidade; toda a glória da Província de Mato Grosso na escolha de cértos e determinados individuos para Deputados.

Appliquem a poleros armada imprensa aos grandes e utiles fins a que ella é destinada nos Paizes regidos pelo sistema representativo, levantando o seu jornal do abitamento em que tem caido desde que passou a ocupar-se quasi exclusivamente com intrigas, injarias e ofensas pessoas, cuja lâmina não pôde causar se não desprazer, e aço, indusindo alem d'isto as pessoas que não conhecem a Província a fazer um iléi muito triste e inexac-

to do estalo de sua civilisação, e da moralidade dos seus partidos politicos.

Disutão tólos os negócios e questões, que de qd pôr molto interessarem à Província, consiram os meios actos do Presidente com a maior energia, mas sempre com verdade, justiça, e decencia; denunciem as suas ilícitas, oitos, mas aponteem ao mesmo tempo coa sinceridade o melhor caminho que elle poderia seguir.

Se procederem desto modo verão que o illado Brasilero, qd h'je se acha a testa da Administração Provincial, bem intencionada com el, sempre docil á voz da razão, e amigo da justiça subretudo, em vez de los que se com o exame do seu procedimento, ha de aproveitar as occasiões que assim lhe oferecerem para corrigir o que tiver feito de m'po, e para realizar todos a paixões melhoramentos que estiverem a seu alcance, visto que no exercicio do cargo que occupa a nochum outro interesse, ou premio aspira elle, se não a satisfaçao que sentem os bons Cidadãos quando podem prestar algum serviço verdadeiramente util a seu Paiz.

Se porém o Correspondente e seus amigos continuarem a traçar nos negócios da Província o que fizera na carta a que tem respondido, grande será o nosso desgosto; mas nem por isso deixaremos de acomodar-lhe como for necessário e conveniente para fizêr talmar em todo o caso a verdade e a justiça.

Animados de tais sentimentos, temos milita a satisfaçao e honra em confessar que somos.

*Ir's Cuiabanos.*

#### ANNUNCIOS.

Companhia de Navegação do Alto Paraguai

O Sr. Conselheiro Penna avisa o publico que o Vapor "Orient" comunhia avisa o publico que o Vapor "Orient" e "Conselheiros Paranhos" segue para Corumbá no dia 1º. de Abril ás 4 horas da tarde, para encontrar se com o vapor da II. parte da II. nha.

As malhas do correio serão recebidas as duas horas da tarde do referido dia. Para cargas e passageiros toma-se bilhetes na Agencia Banco torto nº. 11

O Agente

A. R. da Silva Pereira

Da ordem do Sr. Major Director face publico, que o Arsenal da Guerra compra 39 unhas de pluma de 33 palmos qd coíprio non o sub 5 polegadas quadradas largura; assim como 410 taboas de cedro: as pessoas a quem semelhante vendem convier apresentarem suas propostas na Secretaria do mesmo Arsenal no dia 10 do mes proximo ven-

to, e 11 horas da manhã.

Arsenal da Guerra em Cuiabá 26 de Março de 1863. O Escrivário

Franclino José dos Santos Falcão

#### THEATRO

—Dia 5 de Abril—

1º Parte. A coca do mazico.— O anel viajante. O avô do diabo.— As cartas obedientes. O duíburo fantasma.— O chapéu magico.

2º Parte. Concerto Musical.

3º Parte. A cozinha mistérica. O daldo monstro.— O Segredo das Senhoras. O lenço viajante.— A espida diabolica.

A fita interminavel.— Principiara as 7 horas. Os bilhetes de caminho e Platônia achado-se a longo do Ypiranga casa nº. 29

Typ. de S. Neves & Comp. W. Augusto n.º 50